

MOVIMENTO da INDEPENDÊNCIA



A Comissão Curadora do Bicentenário da Independência
apresenta

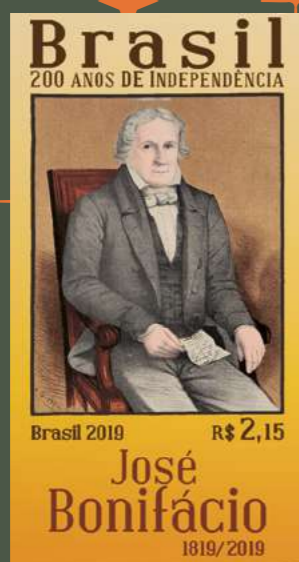
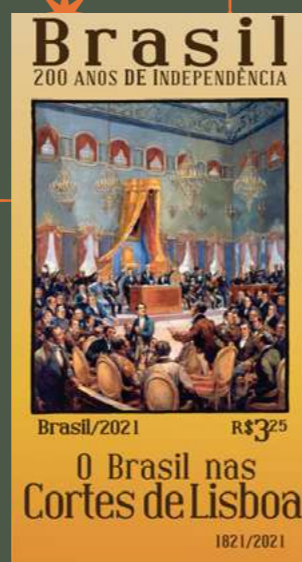
Memória da exposição

MOVIMENTO da INDEPENDÊNCIA

200 anos de Independência
Bicentenário da Independência do Brasil
1822



Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais



 **MOVIMENTO**
da **INDEPENDÊNCIA**





MOVIMENTO da INDEPENDÊNCIA



A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, deu início ao processo emancipatório que culminaria na Independência do Brasil, em 1822. Com a vinda da família real para cá, o país passou por um rápido e surpreendente período de desenvolvimento, que foi essencial para a série de eventos que se seguiram.

Já em Portugal, estourou na cidade do Porto, em 1820, uma revolução que marcaria época, cujo objetivo era abolir o absolutismo régio. Em um primeiro momento, o Brasil aderiu a ela entusiasmado, elegendo deputados para representá-lo nas Cortes Constituintes de Lisboa.

Contudo, em meados de 1821, com a edição de diversos atos que devolviam o Brasil à condição colonial, os deputados brasileiros passaram da calorosa adesão às Cortes à prudente resistência, postura em que eram acompanhados pela opinião pública brasileira em geral.

Como resposta, os constituintes lisboetas passaram a exigir o retorno de D. Pedro a Portugal, bem como o desmonte das instituições aqui

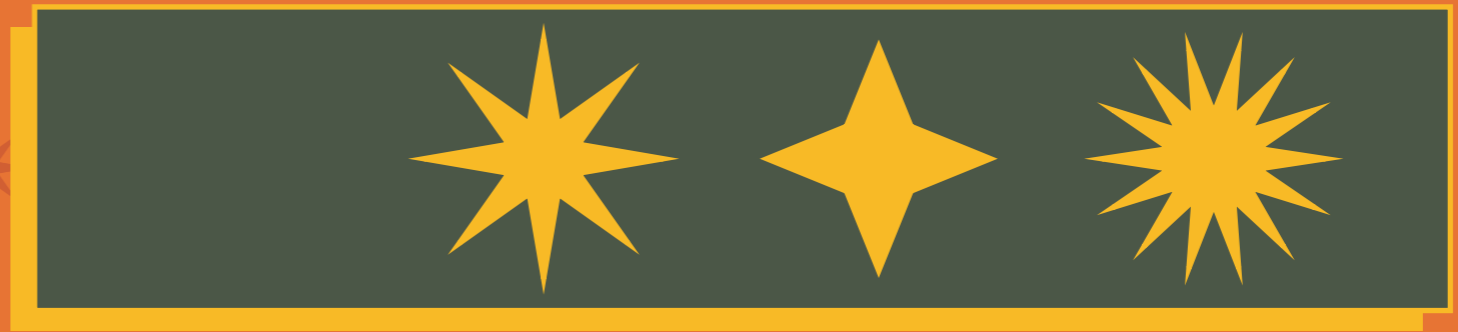
criadas por D. João. Foi assim que, em janeiro de 1822, com o dia do Fico, D. Pedro, pela primeira vez, deliberadamente infringiu ordens vindas de Lisboa.

Uma vez declarada a desobediência às Cortes com o Fico e após a expulsão das tropas portuguesas do Rio de Janeiro, tem início a fecunda administração de José Bonifácio, que se empenhou em criar um “Centro de União e Força” para manter a integridade do Reino do Brasil, agora transformado em Império.

Nesse contexto, inserem-se os grandes marcos históricos que serão retratados nesta exposição e que permitiram que, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro declarasse o Brasil independente de Portugal. Assim, é essa memória que se busca resgatar na celebração do Bicentenário da Independência, em 2022, com a esperança de que o adequado conhecimento do passado balize a construção do futuro.

José Theodoro Mascarenhas Menck
Curador

ANTE- CEDENTES



VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL



**ALEGORIA DA VINDA DE DOM
JOÃO VI, PRÍNCIPE REGENTE DE
PORTUGAL, PARA O BRASIL.**

A Independência do Brasil nasceu de um longo processo, que se iniciou em 1808, com a vinda da família real portuguesa para cá.

Na história, o termo colônia originalmente significava o agrupamento humano que era conduzido para determinado local, a fim de que o povoasse. Daí, passou a determinar o próprio território ocupado e mantido sob dependência política e econômica do país, cujos súditos vieram habitá-lo.

Com a reforma e a racionalização dos diversos Estados europeus ocorridas durante o Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, as colônias passaram a se justificar exclusivamente como fontes de riqueza de suas respectivas metrópoles. Nesse sentido, o exclusivo colonial, que era a obrigação de apenas manter comércio com sua metrópole, era um dos principais instrumentos de transferência de riqueza.

ABERTURA DOS PORTOS e ADMINISTRAÇÃO JOANINA

A ocupação militar de Portugal, que aconteceu imediatamente depois da transferência da família real para o Brasil, inviabilizou a manutenção do exclusivo colonial, cujo fim foi justamente o primeiro ato legislativo de D. João em território americano, com a promulgação da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que determinou a abertura dos portos às nações amigas.

Naquele dia, encerrou-se, para a economia, o ciclo colonial da história do Brasil, que se via, a partir de então, livre para manter relações comerciais com todas as demais nações do mundo.

Ainda que tenha ficado economicamente livre, o Brasil, dada sua evolução histórica, não possuía, em 1808, nenhuma estrutura administrativa.

Ao fixar-se no Rio de Janeiro, na prática, D. João transferiu a sede do reino para aquela cidade e deu início à instalação e construção de todo o aparelho burocrático necessário à existência de um Estado nacional moderno. São os céleres anos da administração joanina do Brasil.

“[...] PASSOU A VIGORAR A PLENA EQUIPARAÇÃO E IGUALDADE ENTRE OS DOIS REINOS, AINDA QUE PERMANECESSEM SUBMETIDOS À MESMA COROA.”

D.
JOÃO
VI



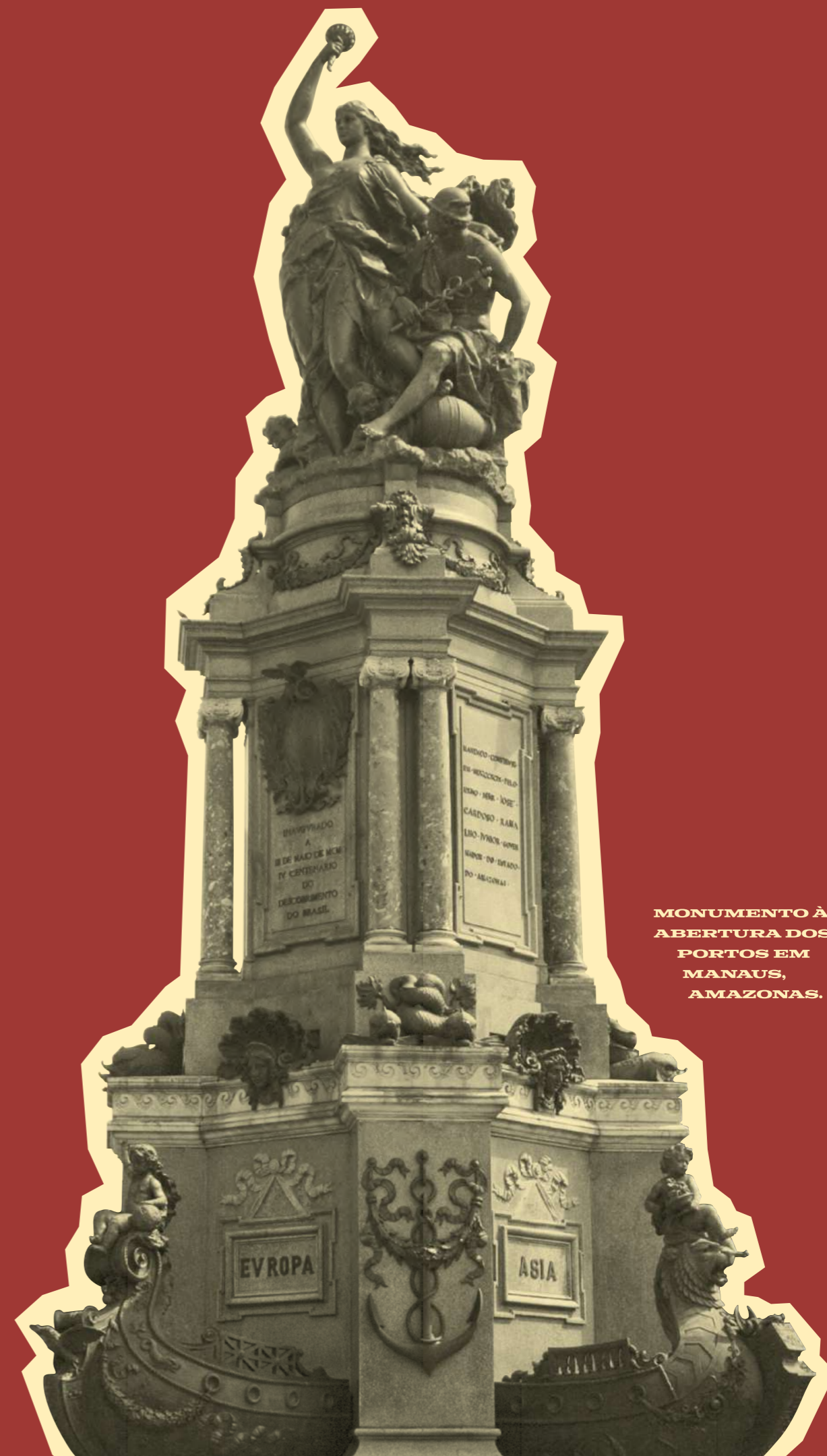
A administração joanina será fundamental para a criação do Estado brasileiro, bem como para o amadurecimento da sociedade nacional. Nesse sentido, o dia 16 de dezembro de 1815, data da Carta Régia de Elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, pode ser considerado como a data da independência jurídica do Brasil frente a sua antiga metrópole, pois desde aquela data, politicamente, passou a vigorar a plena equiparação e igualdade entre os dois reinos, ainda que permanecessem submetidos à mesma coroa. A criação do Reino Unido foi a coroação de toda a política joanina para o Brasil.



REVOLUÇÃO do PORTO

O Movimento Revolucionário do Porto de 1820, que visava terminar com o absolutismo régio por intermédio da convocação de Cortes Constituintes e que tinha como objetivo a confecção de uma Carta Constitucional para a Monarquia Bragantina, ajudou sobremaneira a dissolver o Reino Unido, levando o Brasil a se separar, definitivamente, de Portugal.

Imbuído dos ideais de sua época, o Brasil todo logo aderiu entusiasticamente ao movimento revolucionário. Seguindo o modelo usado na Europa, os Capitães-Generais, que administravam as diversas capitanias em nome d'El Rey, foram substituídos por Juntas Governativas eleitas, que passaram a obedecer exclusivamente às Cortes de Lisboa.



MONUMENTO À
ABERTURA DOS
PORTOS EM
MANAUS,
AMAZONAS.

1821

DIVISÃO

AUXILIADORA

O ano de 1821 surgiu com a adesão maciça do Brasil à Revolução Constitucionalista do Porto.

Fascinado pelas novidades do século, e em solidariedade ao Reino de Portugal, o Brasil aceitou que as tropas lusitanas alojadas no Rio de Janeiro – A Divisão Auxiliadora – forçassem D. João a jurar que obedeceria à Constituição que ainda seria escrita em Lisboa.

A atitude das tropas foi uma resposta à convocação que D. João fez de delegados de todo o Império colonial para se reunirem no Rio de Janeiro com o objetivo de lhe apresentarem propostas de reforma do Ordenamento Constitucional da

monarquia. Contudo, as tropas entenderam que tal reunião de delegados no Rio de Janeiro levaria à fragmentação da monarquia, já que a porção europeia dela já estava reunida em Cortes Constituintes em Lisboa.

O juramento, que ocorreu em 26 de fevereiro de 1821, extorquido não apenas de D. João, mas também de seus filhos D. Pedro e D. Miguel, acarretou o abandono da reunião de delegados no Rio de Janeiro e a iminente volta de D. João a Portugal – em 26 de abril de 1821, malgrado sua vontade pessoal.



D. PEDRO I,
POR EDWARD
SMITH.



CORTES DE LISBOA



Outra consequência foi a eleição de deputados, em todo o Brasil, para as Cortes de Lisboa. Foram as primeiras eleições gerais para deputados realizadas no Brasil. Até então, as eleições, que ocorrem desde o século XVI, circunscreviam-se ao âmbito municipal ou a delegações extraordinárias enviadas para tratarem de assuntos específicos.

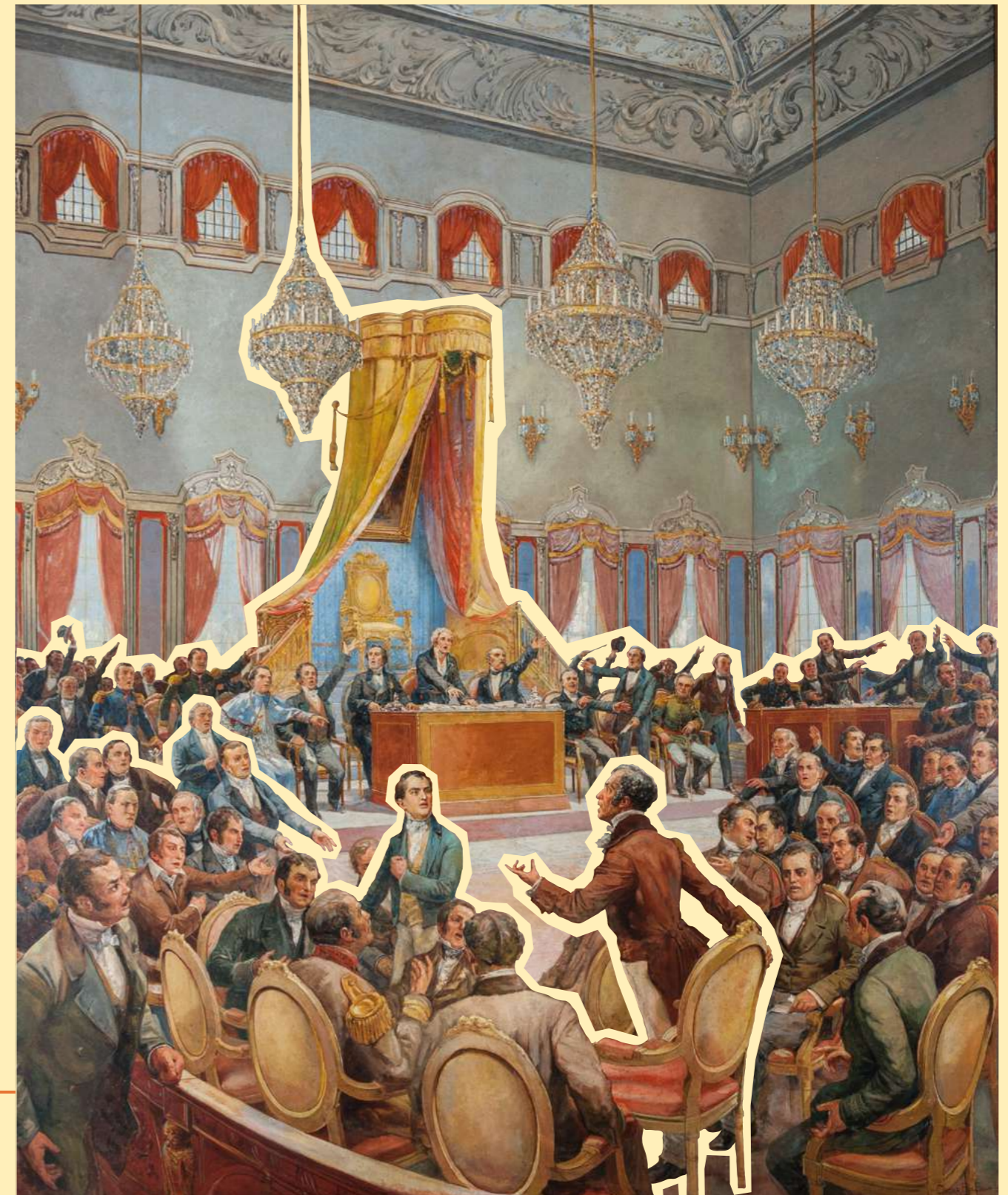
D. João tentou, pouco antes de partir, criar uma situação política que impedisse sua volta a Portugal. Foi quando mandou reunir os eleitores do Rio de Janeiro, na recém-inaugurada Praça do Comércio, para que lhes fossem comunicados os decretos referentes a sua iminente volta a Lisboa, a nomeação de D. Pedro como Príncipe Regente do Reino do Brasil, bem como as normas que deixava para o funcionamento da Regência.

D. João acreditava que a população do Rio de Janeiro, por intermédio de seus representantes, solicitaria sua permanência, criando um contraponto à tropa lusitana, o que, eventualmente, permitiria que ele ficasse no Brasil. A reunião logo foi tomada por demagogos que acreditaram poder repetir, no Brasil, os eventos iniciais da Revolução Francesa, quando os deputados revolucionários tomaram a direção do Estado.

Chegaram a impor a D. João a vigência imediata, no Brasil, da Constituição espanhola de Cádiz, enquanto a portuguesa não estivesse pronta, medida que vigorou por um dia, 20 de abril de 1821, e foi revogada em seguida.

Após muita hesitação, a tropa lusitana, na base da baioneta, dissolve a assembleia, segundo consta, por ordem de D. Pedro, e D. João, entristecido, embarca para Portugal poucos dias depois.

**SESSÃO DAS
CORTES DE LISBOA,
POR OSCAR PEREIRA
DA SILVA.**



REFORMAS LEGISLATIVAS

Tendo partido D. João, D. Pedro, assessorado pelo Conde dos Arcos, assume a plenitude dos poderes e inicia uma série de reformas legislativas, com o objetivo de, “aos habitantes do Brasil, antecipar todos os benefícios da Constituição”.

As atividades legislativas do Conde dos Arcos, todas imbuídas do mais puro espírito reformista iluminista, logo despertaram desconfianças na tropa lusitana instalada no Rio de Janeiro, que viu nelas uma usurpação, por parte do governo de D. Pedro, das funções legislativas das Cortes de Lisboa. Ao mesmo tempo, as Cortes votaram e juraram as “bases da futura Constituição”.

Como as próprias bases declaravam que elas somente seriam aplicáveis ao Brasil após a expressa manifestação favorável dos deputados brasileiros, o que ainda não ocorrera, o Conde dos Arcos concluiu que nada havia a ser feito.

A Divisão Auxiliadora, inconformada com a inação do Governo de D. Pedro frente à publicação das bases da Constituição, e já descontente com a sua grande atividade legislativa, rebelou-se mais uma vez, exigindo novo juramento de D. Pedro às bases, bem como a destituição, prisão e remessa a Portugal do Conde dos Arcos, em 5 de junho de 1821.

**D. PEDRO,
QUE HAVIA SIDO A PERSONAGEM
CENTRAL NA SOLUÇÃO DE TODAS AS
CRISES DESDE A REVOLTA DA TROPA
EM 26 DE FEVEREIRO, CEDEU MAIS
UMA VEZ FRENTE ÀS TROPAS,
APAZIGUANDO A
SITUAÇÃO.**



DEPUTADOS BRASILEIROS nas CORTES de DE LISBOA

Enquanto isso, em Lisboa, foram chegando os deputados brasileiros, ao mesmo tempo em que as Cortes, que já contavam com a guarda de D. João desde julho de 1821, passaram a legislar para o Brasil.

Logo ficou claro que o escopo das Cortes era desmontar toda a estrutura administrativa criada no Brasil por D. João VI, fazendo o país retroceder à situação política, econômica e social anterior a 1808, o que despertou o protesto dos deputados brasileiros, os quais saíram derrotados, dada a sua esmagadora inferioridade numérica.

Podemos dizer que a política das Cortes para o Brasil consistia em:

A) fracionar o reino do Brasil, desvinculando todas as províncias do governo central do Rio de Janeiro e ligando-as diretamente a Lisboa;

b) dividir o poder militar do civil nas diversas províncias, sendo ambos independentes entre si e diretamente vinculados a Lisboa;

C) impedir, por intermédio de barreiras alfandegárias, o comércio internacional do Brasil, tornando mais lucrativo aos estrangeiros adquirir produtos brasileiros nas praças de Lisboa e do Porto, em vez de adquiri-los diretamente no Brasil;

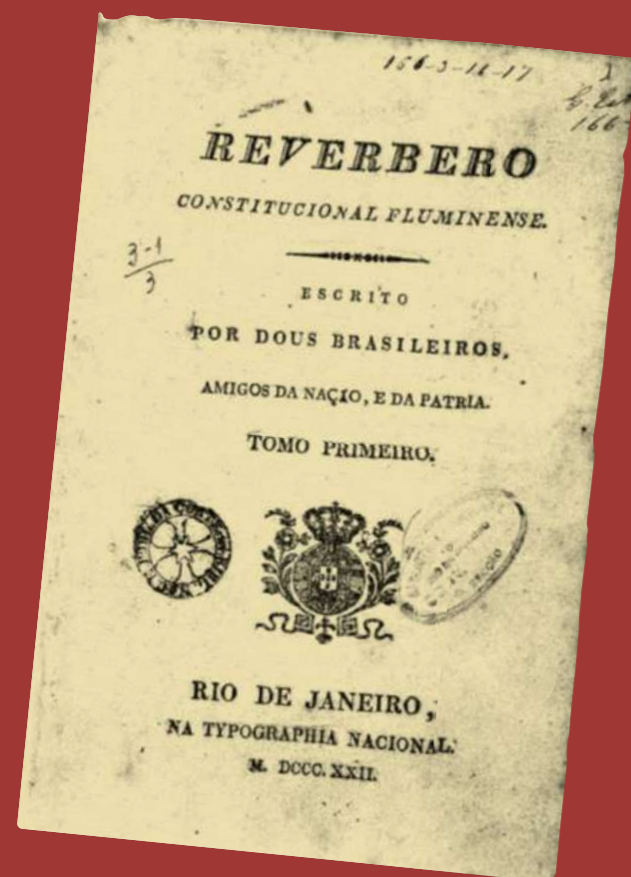
d) extinguir todas as repartições públicas (tribunais) existentes no Brasil;

E) por fim, extinguir o governo de D. Pedro, cancelando a regência do Reino do Brasil (e acabando com sua autonomia, e mesmo com sua existência prática), exigindo a volta de D. Pedro para a Europa, onde deveria completar sua educação.

**ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DA
CONSTITUIÇÃO DE LISBOA NO
RIO DE JANEIRO, EM 1821, POR
DEBRET E THIERRY FRÈRES.**

1822

RESISTÊNCIA BRASILEIRA FRENTE ÀS CORTES



REVERBERO
CONSTITUCIONAL
FLUMINENSE, PERIÓDICO
PUBLICADO NO RIO DE
JANEIRO ENTRE 1821 E 1822.

Nenhum outro ano marcou tanto a História do Brasil e, por conseguinte, influenciou tanto o porvir da nação, como 1822.

Até então silenciosos, os brasileiros começaram a temer a direção que as Cortes ditavam para o Brasil, e passaram a se manifestar, em especial, dentro do Exército e na imprensa. Com efeito, Joaquim Gonçalves Ledo escreveria, em 15 de setembro de 1821, no Revérbero Constitucional Fluminense:

**“PERTENÇA A AMÉRICA À
AMÉRICA,
E A EUROPA À EUROPA,
E TUDO IRÁ BEM.”**

Ou seja, da entusiástica adesão às Cortes do primeiro momento, passava-se à prudente resistência, uma vez que se temia que a obra joanina e a plena autonomia do Reino do Brasil não fossem respeitadas.

DIÁ do FICO

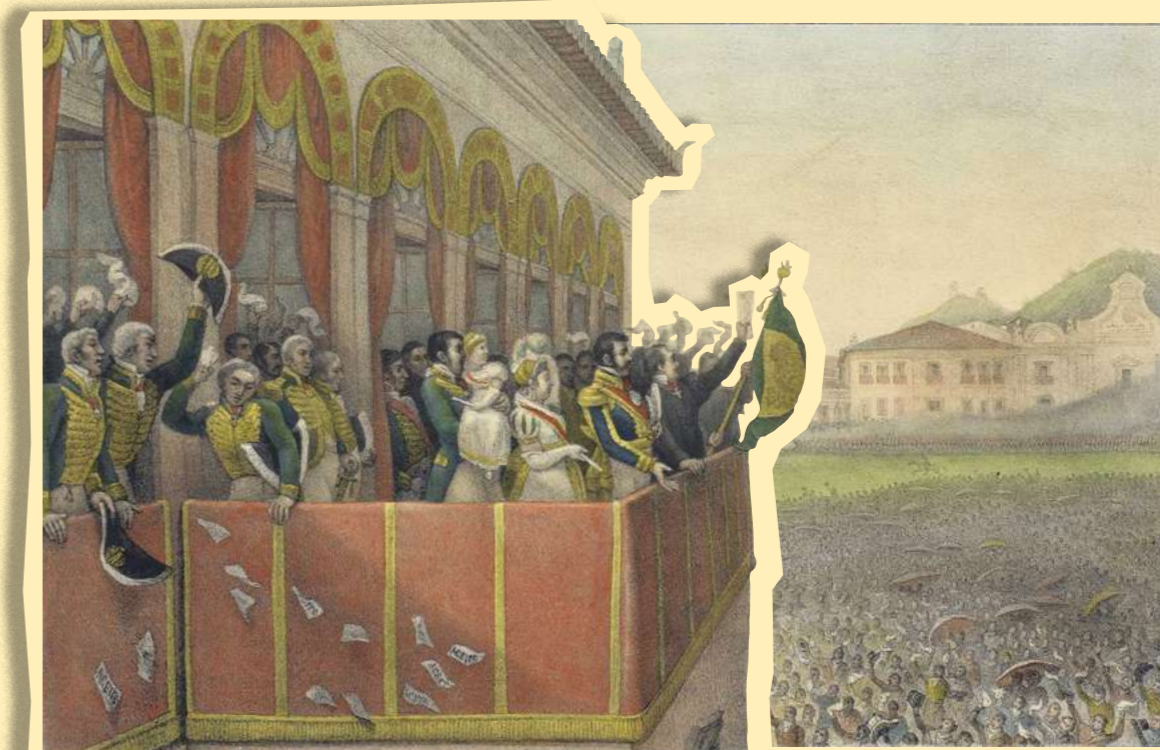
Assim, o ano de 1822 vai ser inaugurado com o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, quando, pela primeira vez, D. Pedro deliberadamente desobedeceu expressa ordem vinda de Lisboa.

O movimento de convencimento de D. Pedro a desobedecer às Cortes, que haviam ordenado sua volta imediata a Portugal, e a permanecer no Brasil, assumindo a chefia do movimento de resistência brasileiro, foi o resultado da conjugação de muitos esforços e das mais diversas organizações da sociedade civil: igreja, imprensa, exército, maçonaria, etc.

As três províncias que mais se destacaram na condução e como palco dos acontecimentos foram: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Foi nessa ocasião que José Bonifácio de Andrada e Silva, paladino em São Paulo na resistência às Cortes, destacou-se e foi convidado por D. Pedro a ocupar, no seu ministério, o lugar vago do Conde dos Arcos.

A movimentação popular no Rio de Janeiro, a veemência das manifestações de São Paulo (consubstanciadas nas cartas que o governo provincial, o governo da cidade e o clero de São Paulo dirigiram a D. Pedro), a pronta adesão de Minas Gerais e a adesão maciça do Senado, da Câmara e do povo fluminense convenceram D. Pedro de que ele poderia contar com respaldo suficiente não apenas para desobedecer às Cortes de Lisboa, como também para enfrentar a Divisão Auxiliadora, que certamente se levantaria, mais uma vez, contra ele.



ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO I,
POR DEBRET E THIERRY FRÈRES.



O DILEMA DE D. PEDRO

D. Pedro, o Príncipe Real e herdeiro do Reino Unido, era quem mais teria a perder. Por um lado, ele se via ameaçado pelas Cortes de ser deserdado, caso desobedecesse às suas determinações, e por outro, existia a perspectiva cada vez mais clara de perder o Brasil, caso obedecesse às Cortes. O dilema enfrentado por D. Pedro, que tinha 23 anos à época, tornou bem mais pesada a sua decisão.

Para convencer D. Pedro a aderir à “revolução brasileira”, também foi fundamental a atuação de D. Leopoldina, que, bem antes do marido, concluiu que, para a manutenção do Brasil sob a égide da Dinastia Bragantina, D. Pedro teria de se colocar à frente daquele movimento.



DONA LEOPOLDINA, POR JEAN FRANÇOIS BADOUREAU.

Uma vez declarada a desobediência às Cortes com o Fico, coube a D. Pedro dominar a Divisão Auxiliadora, que já por duas vezes havia se insurgido com sucesso: quando obrigou D. João a voltar a Portugal em 26 de fevereiro de 1821 e quando destituiu o Conde dos Arcos e exigiu o juramento de D. Pedro e de todos os ministros das bases da Constituição publicadas em Lisboa em 5 de junho de 1821.

“PARA CONVENCER D. PEDRO A ADERIR À ‘REVOLUÇÃO BRASILEIRA’, TAMBÉM FOI FUNDAMENTAL A ATUAÇÃO DE D. LEOPOLDINA”

Nesta ocasião, D. Pedro pôde contar com a inestimável colaboração do General (Gal.) Joaquim Xavier Curado – o futuro Conde de São João das Duas Barras, um goiano de Meio Ponte (Pirenópolis), que se destacara nas guerras da conquista da Cisplatina e que era o brasileiro com a maior patente no exército.

Gal. Curado, então com mais de setenta anos de idade, organizou os regimentos que eram fiéis a D. Pedro, bem como várias centenas de populares armados no Campo de Santana, prontos a enfrentar as tropas lusitanas comandadas pelo Gal. Jorge Avilez, comandante da Divisão Auxiliadora.

Inicialmente cercada no Morro do Castelo, a Divisão Auxiliadora foi expulsa para a outra margem da baía da Guanabara – para Praia Grande (atual Niterói) – e, sitiada pelas tropas do Gal. Curado por terra e por mar, terminou concordando em retornar a Portugal.



O PRÍNCIPE REGENTE D. PEDRO I E JORGE DE AVILEZ A BORDO DA FRAGATA UNIÃO, POR OSCAR PEREIRA DA SILVA.

A ADMINISTRAÇÃO de **JOSÉ BONIFÁCIO**

Após a expulsão das tropas portuguesas do Rio de Janeiro, tem início a produtiva administração de José Bonifácio, cuja preocupação maior foi criar um Centro de União e Força.

Para realçar a união, a administração José Bonifácio começou a contactar todas as províncias, convidando-as a aderirem ao governo de D. Pedro, e, ao mesmo tempo, começou a se preocupar em construir um exército e uma armada brasileira, cuja função seria derrotar as tropas portuguesas instaladas no Brasil e defender o país de possíveis desembarques de forças portuguesas.



JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA.

MARCOS da INDEPENDÊNCIA

AS MAIS SIGNIFICATIVAS
DATAS QUE SE SEGUIRAM
À EXPULSÃO DA DIVISÃO
AUXILIADORA FORAM:

**25 DE MARÇO A
25 DE ABRIL
DE 1822**

Viagem de D. Pedro a Minas Gerais. Havendo dissenso na Junta Governativa de Minas Gerais, D. Pedro se desloca para lá com o objetivo de confirmar a adesão da província a seu governo. A viagem é um grande sucesso;

D. Pedro aceita o título de Defensor Perpétuo do Brasil, que usará por toda a vida, gravado em seu brasão particular, mesmo após ter abdicado da Coroa do Brasil;

**13 de MAIO
DE 1822**

**3 DE JUNHO
DE 1822**

D. Pedro convoca uma Assembleia Constituinte para o Brasil;

**1º de AGOSTO
DE 1822**

Data da publicação do manifesto aos povos brasileiros, esclarecendo os motivos que levaram D. Pedro a desobedecer às Cortes e a permanecer no Brasil (as razões do Fico). O manifesto assinado por D. Pedro fora escrito por Joaquim Gonçalves Ledo, líder maçônico liberal e jornalista, que o redigiu juntamente com o cônego Januário Barbosa;

**6 de
AGOSTO
de 1822**

Data da
publicação

do Manifesto de D. Pedro às Nações Amigas, justificando sua atuação. Ele realça que D. João se tornou um virtual prisioneiro das Cortes em Lisboa, e ele, como Príncipe Herdeiro do trono e Regente do Reino do Brasil, nomeado por seu pai, assumia a direção do governo do Reino do Brasil e convidava todas as nações a manterem relações diplomáticas com o Brasil. Assinado por D. Pedro, o texto foi escrito por José Bonifácio;



14 DE AGOSTO DE 1822

D. Pedro parte em viagem a São Paulo, com o objetivo de pacificar o governo da província, que havia se insurgido contra José Bonifácio;



2 DE SETEMBRO DE 1822

REUNIÃO DO CONSELHO DE ESTADO, COMPOSTO PELOS MINISTROS DE ESTADO E PROCURADORES DAS PROVÍNCIAS DO BRASIL, PRESIDIDO POR D. LEOPOLDINA, QUE FICARA COMO PRINCESA REGENTE DO BRASIL ENQUANTO D. PEDRO ESTIVESSE VIAJANDO.

Ela se encarregaria de analisar despachos, decretos e decisões recém-chegadas de Lisboa, que desautorizavam todas as ações de D. Pedro, além de mandar prender ministros e ordenar sua volta a Portugal. A conclusão da reunião foi no sentido de recomendar a D. Pedro a ruptura imediata de todos os laços com Portugal;

7 SETEMBRO DE 1822

RECEBENDO OS DESPACHOS DO RIO DE JANEIRO QUANDO ESTAVA NOS ARREDORES DO IPIRANGA, **D. PEDRO SE INSURGE CONTRA O TEOR DOS DOCUMENTOS LISBOETAS E DÁ O GRITO do IPIRANGA** [OU PIRANGA, COMO D. PEDRO ESCREVIA].

12 DE OUTUBRO DE 1822

Na data de seu 24º aniversário, D. Pedro é aclamado Imperador do Brasil, consolidando a ruptura com a monarquia portuguesa;

1º DE DEZEMBRO DE 1822

D. Pedro é sagrado e coroado primeiro Imperador do Brasil, na mesma data da restauração do Reino de Portugal, quando do fim da União Ibérica e da aclamação do primeiro Bragança no trono português, em 1640.



**INDEPENDÊNCIA
OU MORTE, POR
PEDRO AMÉRICO.**

INDEPEN- DÊNCIA ou MORTE

O quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, foi encomendado pela Família Imperial para representar a independência do Brasil. Medindo 415 x 760 cm, a tela teve que ser montada no mesmo local onde se encontra até hoje no Museu do Ipiranga (Museu Paulista), já que ela é bem maior do que as portas e janelas do edifício onde está abrigada. Depois de um longo processo de restauração, a previsão é a de que obra possa novamente ser vista a partir de setembro de 2022, quando o museu, que estava fechado desde 2013, será reaberto.



**SAIBA
MAIS**

CONSOLIDAÇÃO
da INDEPENDÊNCIA

INDEPENDÊNCIA

NO CAMPO MILITAR

Uma vez proclamada a Independência, duas foram as frentes enfrentadas em sua consolidação: uma no âmbito interno e outra no âmbito externo.

Internamente, travou-se a guerra da Independência no campo militar. Era importante vencer a resistência militar das tropas portuguesas que se encontravam instaladas no Brasil. Elas se concentraram na Cisplatina, no Piauí, no Maranhão, no Grão-Pará e, principalmente, na Bahia.

Para vencer esses núcleos contrários ao governo de D. Pedro, foi necessário montar uma Marinha de Guerra. Para tal, contratou-se o Lorde Thomas Cochrane, futuro Marquês do Maranhão, como Primeiro Almirante da Armada Nacional, patente criada exclusivamente para Lorde Cochrane e extinta após seu desligamento da Marinha Brasileira.



MARIA QUITÉRIA de JESUS

A imagem ao lado é de Maria Quitéria de Jesus e foi feita por Edward Finden. Ela consta no livro *Journal of a Voyage to Brazil* (1824), da britânica Maria Graham. Adotando uma identidade masculina, Maria Quitéria foi uma baiana que lutou contra as tropas portuguesas pela Independência do Brasil. Reconhecida por sua destreza e habilidade, ela foi condecorada como 1ª Cadete pelo Gen. Pedro Labatut após ter o seu disfarce revelado.

SAIBA MAIS
NA SÉRIE
"CONSTRUTORES
DO BRASIL" DA TV
CÂMARA.



INDEPENDÊNCIA CAMPO DIPLOMÁTICO

No âmbito externo, a preocupação foi conseguir o reconhecimento internacional da Independência brasileira, pelo temor de que o Brasil fosse militarmente invadido com o objetivo de ser recolonizado. Tratava-se de uma frente diplomática.

José Bonifácio expediu diversos representantes diplomáticos para os mais inúmeros países, sendo que as maiores batalhas diplomáticas foram travadas em Londres, Paris, Viena, Roma e Washington.

Ainda que o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil tenha sido o reino africano de Onim, em 1823, usualmente considerava-se que tenham sido os Estados Unidos, em 1824.

No entanto, o maior marco foi o tratado de reconhecimento da Independência firmado com Portugal, em 1825, a partir do qual os demais países passaram a reconhecer a emancipação política do Brasil, a começar pela Inglaterra.

A grande dificuldade no reconhecimento da Independência do Brasil se deu em função de as monarquias europeias, que se organizaram na Santa Aliança, em 1815, basearem suas políticas externas no princípio da legitimidade – fundamento dos poderes reais no antigo regime –, enquanto D. Pedro fundamentara seu poder no Brasil na aclamação popular. Ademais, D. Pedro publicamente prometia e propugnava pela existência de Cartas Constitucionais escritas e declarava-se a favor de um governo representativo e da liberdade de imprensa.

Reconhecendo sua situação de dependência econômica ao Brasil, naturalmente, Portugal se opunha ao reconhecimento da Independência brasileira e invocava o apoio das demais coroas europeias.

A Inglaterra, contudo, tinha fortes razões econômicas e comerciais para manter boas relações com o Brasil e serviu de mediadora, tendo conseguido, por fim, que Portugal reconhecesse a plena emancipação política brasileira por meio do tratado de 29 de agosto de 1825. Logo, as demais potências do velho mundo, a começar pela Inglaterra, reconheceram a Independência do Brasil.

QUINTA DA BOA VISTA,
RIO DE JANEIRO, POR
FRÉDERIC SORRIEU.

QUINTA da BOA VISTA

Foi a residência campestre da família real portuguesa no Brasil quando a corte foi transferida para cá, enquanto a residência oficial era o Paço Real, no centro do Rio de Janeiro. Situada na zona norte do Rio de Janeiro, o complexo paisagístico da Quinta abriga um palácio em estilo neoclássico que foi utilizado também nos anos do Brasil Império (1822-1889). Atualmente, o palácio é sede do Museu Nacional, sendo o edifício tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1938. Em setembro de 2018, o Museu foi atingido por um incêndio de grandes proporções que atingiu a maior parte de seu acervo.



SAIBA
MAIS

CRÉDITOS das IMAGENS

POR ORDEM DE APARIÇÃO:

MOREAUX, François-René. A Proclamação da Independência. Acervo do Museu Imperial. Domínio Público.

Alegoria à vinda de Dom João, Príncipe regente de Portugal para o Brasil. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

Departure of His R. H. the Prince Regent of Portugal for the Brazils. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

HUNT, George (gravador). View of the western side of harbour of Rio de Janeiro. Colaborador: I. Chamberlain, Henry (desenhista), 1796-1843. Título principal: Views and costumes of the city and neighbourhood of Rio de Janeiro, Brazil, 1819-1820. London, Howlet and Brinner, 1822. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

FRÈRES, THIERRY. Grand Costume. Paris [França]: Firmin Didot Frères, 1839. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

ANGELINI, Pedro. Monumento à Abertura dos Portos - Manaus, Amazonas, Brasil. Licença Creative Commons - Atribuição 2.0 Genérica.

SMITH, Edward, ca 1827. Dom Pedro Primeiro Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

SILVA, Oscar Pereira da. Sessão das Cortes de Lisboa, 1922. Acervo do Museu Paulista. Domínio Público.

FRÈRES, THIERRY. Acceptation provisoire de la constitution de Lisbonne. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

Revérbero Constitucional Fluminense. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

FRÈRES, THIERRY. Acclamation de D. Pedro II: à Rio de Janeiro le 7 Avril, 1831. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

BADOUREAU, Jean François. Leopoldina Arquiduqueza d'Austria. Princesa Real do Reino Unido do Portugal, Brasil e Algarves. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

SILVA, Oscar Pereira da. Príncipe Regente Dom Pedro e Jorge de Avilez a Bordo da Fragata União. Acervo do Museu Paulista. Domínio Público.

José Bonifacio de Andrada e Silva: Patriarcha da Independencia do Brasil, Notavel

naturalista. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

AMÉRICO, Pedro. Independência ou Morte. Acervo do Museu Paulista. Domínio Público.

FINDEN, Edward Francis. Dona Maria de Jesus. Publicada em “Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823” (Londres, 1824), de Maria Graham. Acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Domínio Público.

SORRIEU, Frédéric. Quinta Impériale de Boa Vista, Rio de Janeiro. Litografia de Frédéric Sorrieu sobre foto de Victor Frond. Gravura contida no livro “Brazil pitoresco: história, descrições, viagens, instituições, colonização”, de Charles Ribeyrolles, publicado entre 1859-1861. Acervo do Arquivo Nacional. Domínio Público.

MOVIMENTO da INDEPENDÊNCIA

VISITAÇÃO DE 27 DE JUNHO A
8 DE SETEMBRO DE 2022,
SEGUNDA A SEXTA, DAS 9H ÀS 17H

CÂMARA DOS DEPUTADOS Mesa Diretora da Câmara dos Deputados | **PRESIDENTE** Arthur Lira (PP/AL) | **1º VICE-PRESIDENTE** Lincoln Portela (PL-MG) | **2º VICE-PRESIDENTE** André de Paula (PSD/PE) | **1º SECRETÁRIO** Luciano Bivar (UNIÃO/PE) | **2º SECRETÁRIO** Odair Cunha (PT/MG) | **3ª SECRETÁRIA** Geovânia de Sá (PSDB/SC) | **4ª SECRETÁRIA** Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ) | **SUPLENTE** Eduardo Bismarck (PDT/CE), Gilberto Nascimento (PSC/SP), Alexandre Leite (UNIÃO/SP), Cássio Andrade (PSB/PA)

REALIZAÇÃO Comissão Curadora do Bicentenário da Independência / **Presidente da Comissão** Dep. Enrico Misasi (MDB/SP) | **COORDENAÇÃO DO PROJETO** Secretaria de Comunicação Social, Centro Cultural Câmara dos Deputados | **SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** Acácio Favacho (PROS/AP) | **SECRETÁRIO DE PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS** Alex Santana (PDT/BA) | **DIRETOR EXECUTIVO DE COMUNICAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS** Luís Otávio Veríssimo Teixeira | **COORDENAÇÃO DE EVENTOS, CERIMONIAL E CULTURA** Frederico Fonseca de Almeida | **COORDENAÇÃO DO PROJETO** Isabel Flecha de Lima, Cláudio Diniz | **CURADORIA** José Theodoro Mascarenhas Menck | **PRODUÇÃO** Lucas Ramalho | **REVISÃO** Maria Amélia Elói | **PROJETO GRÁFICO** Clara Iwanow | **MONTAGEM E MANUTENÇÃO DA EXPOSIÇÃO** André Ventorim, Edson Caetano, Paulo Titula, Wendel Fontenele | **MATERIAL GRÁFICO** Coordenação de Serviços Gráficos - CGRAF/DEAPA

Informações: 0800 0 619 619 – cultural@camara.leg.br

Palácio do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados – Anexo 1 – Sala 1601 –

CEP 70160-900 – Brasília/DF

www.camara.leg.br/centrocultural

Brasília, junho de 2022.

200 ANOS DE
INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

